

## INCENTIVOS FISCAIS NO ESTADO DO TOCANTINS: O PROINDÚSTRIA NOS CINCO MUNICÍPIOS COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE DO PROGRAMA

ALVES, Patrícia Pinheiro<sup>1</sup>  
CARNIELLO, Mônica Franchi<sup>2</sup>

### RESUMO

Diante da escassez de recursos do setor público, é necessária avaliação constante dos programas públicos no atendimento à população. Esta avaliação torna-se uma ferramenta gerencial que fornece aos gestores públicos condições para aumento da eficácia e eficiência na aplicação dos recursos. Dentre os programas públicos no Tocantins o maior em investimento projetado é o Programa Proindústria, cuja finalidade é geração de emprego e renda. Este artigo teve como objetivo identificar os municípios que possuem empresas beneficiadas com o programa no período de 2011. A pesquisa teve como base o estudo exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos, utilizou-se pesquisa documental, com abordagem qualitativa. A população da pesquisa foi composta pelos municípios do Tocantins, por empresas beneficiadas pelo Programa Proindústria. Identificou-se que os cinco maiores municípios do Estado, em

<sup>1</sup>Mestre pelo programa de Gestão e Desenvolvimento Regional da Unita. E mail de correspondência: patty3110@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do programa de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional de Taubaté.

representatividade do incentivo, apesar de terem os mais altos valores de PIB, não demonstraram os melhores valores de PIB/per capita, apresentando a má distribuição de renda do Estado. Em relação à quantidade de empresas ativas no Estado, poucas tem acesso a este benefício, não promovendo o incentivo necessário a expansão da economia local.

**Palavras-chave:** : Políticas Públicas; Indicadores sociais; Incentivos Fiscais.

## **TAXS BREAKS IN TOCANTINS STATE: THE PROINDUSTRY PROGRAM IN FIVE CITIES WITH MAJOR REPRESENTATION**

### **ABSTRACT**

Given the scarcity of public sector resources, it is necessary to constantly evaluate public programs in serving the population. This evaluation becomes a managerial tool that provides the public managers with conditions to increase the effectiveness and efficiency in the application of the resources. Among the public programs in Tocantins, the largest projected investment is the Proindustry Program, its purpose is to generate employment and income. This article aimed to identify the municipalities that have companies benefiting from the program in the period of 2011. The research was based on the exploratory and descriptive study, regarding the procedures used documentary research, with a qualitative approach. The research population was the municipalities of Tocantins with companies benefited by the Proindustry Program. It was identified that the five largest municipalities in the State, in spite of having the highest GDP values, did not show the best GDP / per capita values, showing the poor income distribution of our State. And in relation to the number of companies active in the State, few have access to this benefit, not promoting the necessary incentive to expand the local economy.

**Key Words:** Public Policy; social indicators; Taxes breaks

## 1. INTRODUÇÃO

Quando O Estado tem papel fundamental no desenvolvimento de um país, uma vez que os objetivos estratégicos devem ser alinhados às suas funções, às estruturas econômicas e políticas.

Para efetivação de uma política pública é necessário fazer uso de métodos de avaliação desses modelos, no intuito de verificar a realização do planejamento e controle do Estado. Independente do regime, democrático ou não, a força do governo dependerá de sua capacidade de identificar necessidades e anseios sociais e transformá-los em políticas públicas que produzam resultados na sociedade, dando respostas efetivas aos problemas que pretende enfrentar.

Cada vez mais se faz necessário o uso de indicadores para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida das pessoas, evidenciar a eficácia ou não de políticas públicas e prioridades a serem atendidas. Os indicadores ganham um papel relevante nas discussões político-sociais seja em ambiente acadêmico, governamental ou na

sociedade civil organizada.

As ferramentas matemáticas, mediante o uso dos indicadores, de maneira quantitativa, têm a função de identificar os investimentos mais eficientes e, assim, contribuir para a otimização das tomadas de decisões estratégicas envolvendo a distribuição de recursos públicos.

Este artigo tem como objetivo identificar os municípios que possuem empresas beneficiadas com o Programa Proindústria no período de 2011. Com os incentivos fiscais, o Estado renuncia parte de sua receita, em contra partida busca expandir a economia, no intuito de atrair novas empresas e investimentos para a região, bem como melhorar a competitividade, podendo gerar vantagens para a população, como aumento na oferta de empregos e geração de renda.

Estudos sobre os incentivos fiscais fornecem subsídios para avaliar se a política adotada não está comprometendo o equilíbrio fiscal do estado e atendendo a finalidade para a qual foi criada.

## 1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser definidas como as ações desenvolvidas pelo governo (LUCCHESI, 2004). Elas podem variar de acordo com o grau de diversificação da economia, conforme o regime social, ou na visão sobre o papel do Estado no conjunto da sociedade.

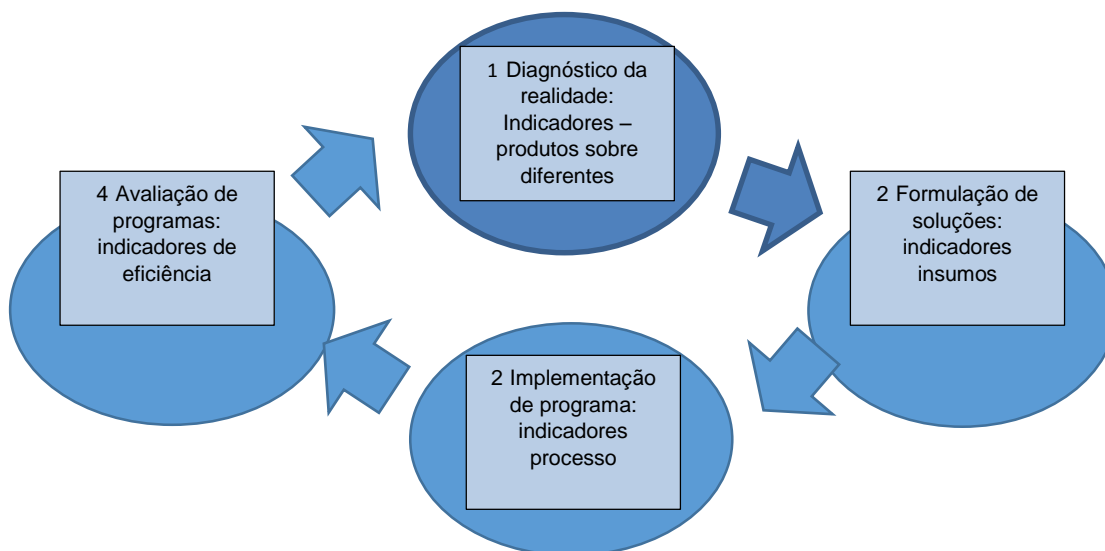
A política pública é vista como um ciclo deliberativo, formado por estágios, sendo eles: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Os indicadores sociais são insumos utilizados em todas as fases

do processo de formulação e implementação das políticas públicas. Cada fase desses processos requer o emprego de indicadores específicos e adequados.

A disponibilidade de um sistema de indicadores sociais amplos e relevantes, válidos e confiáveis, potencializa as chances de sucesso das políticas públicas, sendo os diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados (JANNUZZI, 2009).

2. Figura 2: Indicadores no processo de Formulação de Políticas



Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2009)

Como toda atividade sociopolítica, é importante garantir a participação e controle social no

processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade, garantir o compromisso dos agentes implementadores e

potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas (JANNUZZI, 2009).

As políticas se materializam por intermédio da ação concreta dos sujeitos sociais e da atividade institucional que as realiza em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isto, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas, além da avaliação de seu impacto, devem ser permanentes (MENDES et al, 2010).

O uso de indicadores permite definir a distância e os caminhos para o desenvolvimento; possibilita verificar as condições locais, adequando as políticas às suas realidades; e analisa os efeitos positivos e negativos ao desenvolvimento sustentável.

A busca pelo desenvolvimento sustentável leva à formulação de políticas, que devem ter parâmetros de mensuração, expressados por meio de indicadores (SIMÃO et al, 2010).

Os indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e

## 2.1 INDICADORES SOCIAIS

A partir dos anos 1960, com evidência do descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população, os

transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social (JANNUZZI, 2009).

Segundo Costa e Castanhar (2003, p.971):

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

Entender as causas e consequências das políticas significa também avaliar se estas políticas estão sendo adotadas de forma a atingir seus objetivos (RODRIGUES, 2010). A avaliação dos resultados é considerada então peça fundamental na sustentação da reforma do Estado.

indicadores sociais adquiriram corpo científico, na tentativa de organizar sistemas de acompanhamento das transformações sociais e aferição do

impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (JANNUZZI, 2009).

Segundo Jannuzzi (2009, p.13) “crescimento econômico não era, pois, condição suficiente para garantir o Desenvolvimento Social”. Para Furtado (2009, p.84):

A análise econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada. Contudo, ela pode identificar alguns mecanismos (relações estáveis entre variáveis quantificáveis) do processo de desenvolvimento econômico.

O Estado é responsável pelo bem-estar da população, o governo gerencia o alcance desses objetivos, através da implantação de políticas públicas. Essas políticas, sob o pensamento da sustentabilidade, representam um amadurecimento, que pode ocorrer de modo sustentável ou não, e, para tal verificação é necessária, para qualificar ou quantificar as etapas do processo, a utilização de indicadores (SIMÃO et al, 2010).

Segundo Bellen (2005, p.42), “o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente”. Para Silva e Wiens (2010) através do indicador tem-se informação sobre a realidade, sintetizando um conjunto de

informações, servindo como instrumento de previsão.

Na definição de Jannuzzi (2009, p.15):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático.

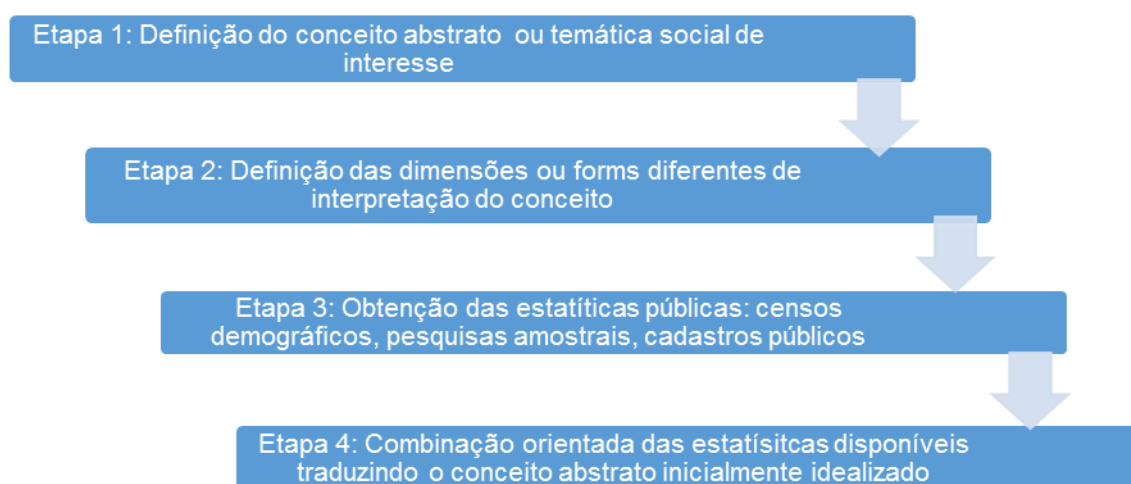
O indicador social é um instrumento para monitorar a realidade social, subsidiando atividades de planejamento público e formulação de políticas públicas nas diferentes esferas de governo.

Sistemas de indicadores sociais é o conjunto de indicadores referidos a um determinado aspecto da realidade social ou área de intervenção programática (JANNUZZI, 2009). Há vários exemplos de sistemas de indicadores, entre eles: o Sistema de Indicadores para Políticas Urbanas, o Sistema de Indicadores de Saúde, o Sistema de Indicadores para Mercado de Trabalho, o Sistema de Indicadores de Bem-estar Social da OCDE, e Sistema de Indicadores Sociais e Demográficos da Divisão de Estatística das Nações Unidas.

Para montar um sistema de indicador envolve várias decisões

metodológicas, reunidas em quatro etapas, sendo elas apresentadas na Figura 1:

**Figura 1- Etapas para construção de um sistema de indicador**



Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2009, p.18)

Existem várias formas de classificar os indicadores sociais. Conforme Jannuzzi (2009) a mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem, são os Indicadores Socioeconômicos, de Condições de Vida, de Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano ou Indicadores Ambientais.

Para utilização de indicadores, deve-se apresentar propriedades desejáveis justificando seu uso no processo de análise, formulação, implementação e monitoramento políticas. São elas: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura,

sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade (JANNUZZI, 2009).

## 2.2 PROGRAMA PROINDÚSTRIA

Conforme a Lei nº 1.385, de 9 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 2.845, de 14 de setembro de 2006, o Programa Proindústria tem como finalidade promover a implantação e expansão de indústrias no Estado, promovendo: a interiorização da atividade industrial; a

geração de emprego e renda; o estímulo à utilização e à transformação de matéria-prima local; o uso sustentado dos recursos naturais; a gradativa desoneração da produção.

A concessão dos incentivos fiscais depende da aprovação de projeto industrial de instalação ou expansão apresentado a partir da vigência e na conformidade da Lei.

A manutenção do benefício é condicionada ao cumprimento da obrigação do beneficiário em pagar 0,3% sobre o faturamento mensal, a título de contribuição de custeio, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico; à adimplência com o Fundo de Desenvolvimento Econômico relativa à contribuição prevista.

Dentre os projetos amparados pelo Proindústria, pode ser concedida assistência financeira aos que forem

empreendimentos de interesse estratégico do Estado, destinando-se a capital de giro e financiamento parcial dos dispêndios com os investimentos fixos. Considera-se de interesse estratégico do Estado os empreendimentos industriais, cuja atividade principal esteja inserida dentro de cadeias produtivas e/ou arranjos produtivos locais em que o Estado tenha interesse no seu desenvolvimento e aqueles que se utilizam preferencialmente matéria-prima local, ou ainda, agroindustrial.

Dentre as políticas públicas, o Proindústria é um dos programas mais importantes do Estado, no intuito da geração de emprego e distribuição de renda. Conforme dados da Sefaz (2011), tem-se os seguintes números gerados pelos incentivos fiscais no Estado:

**Tabela 1 – Empresas ativas no Tocantins por programa em maio de 2011**

<b>PROGRAMA</b>	<b>Nº DE EMP</b>	<b>MÃO-DE-OBRA PROJETADA</b>	<b>INVESTIMENTO PROJETADO R\$</b>
PROSPERAR	12	968	37,9 MI
PROINDÚSTRIA	164	10.101	1,7 BI
COMPLEXO AGROINDUSTRIAL	6	896	38,7 MI
E-COMMERCE	19	262	11,9 MI
COM. ATACADISTA MEDICAMENTOS	17	354	8 MI

Fonte: SEFAZ/CDE (2011)



### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa teve como base o estudo exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos utilizou-se o levantamento documental, com abordagem qualitativa.

Foi escolhido para o estudo o Programa Proindústria, devido ser o de maior representatividade do total de investimentos no Estado, na concessão de incentivos para o desenvolvimento econômico, tanto em investimentos, quanto em empresas beneficiadas e número de empregos projetados, sendo então um importante instrumento na busca pela melhoria de qualidade de vida da população.

A área de pesquisa foram os municípios do Tocantins que possuíam empresas beneficiadas pelo Programa Proindústria, no período de 2001. Foram apresentados também os indicadores sociais dos municípios com maior representatividade do programa fiscal: o PIB/Total e per capita; e também a quantidade de empresas ativas.

A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental, nos sites do IBGE, SEPLAN-TO e SEFAZ-TO, com base no ano de 2011. A escolha do período foi devido somente este ano apresentar todos os dados necessários para os demonstrativos..

### **4. SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ATRAVÉS DA MÚSICA: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA METODOLOGIA**

Há muitas possibilidades de trabalhar os elementos musicais, como por exemplo: a exploração do conceito de som e silêncio - com brincadeiras de estátua; produção de vários tipos de sons com o corpo - arrastando os pés, batendo as mãos nas diferentes partes do corpo, etc.; estímulo ao desenvolvimento da linguagem falada por meio de canções; incentivo à

composição pelas crianças de uma melodia- a partir de uma letra criada pelo grupo; incentivo à criatividade, concentração e memória pela imitação de sons criados pelos colegas; a utilização de brinquedos de diferentes texturas, formas e tamanhos que produzam sons diferentes: estímulos auditivos, visuais e motores; movimentos rítmicos, explorando todo

o esquema corporal e acompanhamento das músicas com palmas ou percutindo algum objeto ao pulso da melodia; trabalho da percepção da pulsação com movimentos corporais com os braços, mãos, pernas, pés, cabeça e tronco. Em qualquer ambiente que a criança esteja exposta deverá ser estimulada a prestar atenção aos sons que com certeza estão acontecendo e se possível identificá-los relacionando-os e nomeando-os. (Gonçalves, 2009, p.7). É o cérebro que interpreta as ondas sonoras recebidas pelo ouvido.

Assim como todos os sentidos externos do corpo humano (audição, olfato, tato, paladar e visão) a audição é resultado de uma interpretação cerebral. Quanto mais rica for uma música em seus diferentes sons (agudos, médios e graves), timbres (cordas, sopro e percussão), ritmos (pulsações), velocidades (notas longas,

médias e curtas), intensidade (forte, média e fraca) com harmonia (combinação de sons simultâneos), mais o cérebro de quem a ouve será estimulado.

Recomenda-se às crianças em idades iniciais do desenvolvimento cerebral (0 a 6 anos) ouvir músicas eruditas, a exemplo das "clássicas", por serem ricas em expressões sonoras propícias ao desenvolvimento da acuidade cerebral auditiva, característica esta que é de grande importância para o aprendizado de idiomas. A arte de combinar os sons, é uma excelente fonte de trabalho escolar porque, além de ser utilizada como terapia psíquica para o desenvolvimento cognitivo, é uma forma de transmitir ideias e informações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o professor necessita ter habilidades e conhecimentos teóricos para perceber e intervir em situações que envolvam conflitos e crises emocionais deve-se

ter consciência do poder do contágio emocional entre as crianças e atuar nessas situações, promovendo intervenções que possam ser

administradas de forma significativa e, possivelmente, benéfica para o grupo.

Há uma necessidade de renovação dos processos de ensino-aprendizagem que devem levar em conta a renovação também das estruturas organizacionais. Essa renovação deve ser pautada nos direitos humanos, e contemplar temas como estilo de direção, comunicação, sistema de relações, tratamento dos conflitos, avaliação institucional, normas disciplinares. É necessário construir estratégias que gere, tanto na sala de aula como na escola, um clima de segurança, confiança e respeito à individualidade de cada indivíduo que, por consequência, trará liberdade de expressão emocional, física e criativa.

Deve ser questionada a separação entre racionalidade e afetividade, e valorizado os sentimentos que estão presentes em todas as relações humanas. A razão não nega a emoção. A educação escolar tem que estar preparada para desenvolver a construção equilibrada da personalidade como um todo.

Aprender a conviver em sociedade é um dos objetivos da educação escolar. Para isso, é necessário ensinar a conciliar a relação igualdade e diferença, paz e violência,

aceitação e preconceito, sendo que esse processo exigirá dos professores uma postura democrática e não autoritária onde trabalha a criatividade e liberdade de expressão, que são contrários ao modelo atual onde é esperado o mesmo comportamento para todos, como se fosse possível colocar uniformes no interior dos alunos. Até mesmo o modelo de avaliação da aprendizagem deve ser revisto, pois não aprendemos da mesma forma e não nos comunicamos no mesmo nível de linguagem, o que não quer dizer que não somos capazes de aprender, mas sim que todo ser humano é único.

Diante do que foi exposto, evidencia-se a presença contínua da afetividade nas interações sociais, além da sua influência também contínua nos processos de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, pode-se pressupor que as interações que ocorrem no contexto escolar também são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos. Pode-se supor, também, que a afetividade se constitui como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (aluno) e os diversos objetos de conhecimento

(áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: **FGV**, 2005.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Set-out, 2003. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044552.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araujo. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro. Disponível em: <[http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce\\_114f59a64cd\\_-7fcc.pdf](http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HOFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, Nov/2001. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/HOFLING.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceito, fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

LUCHESE, p. Introdução: políticas públicas em saúde. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 30 de julho de 2004. Disponível em: [http://itd.bvs.br/itd/mod/public/scripts/php/page\\_show\\_introduction.php?lang=pt&menuId=2&subject=healthPolicies&search=\(introduction/\(channel\)\)](http://itd.bvs.br/itd/mod/public/scripts/php/page_show_introduction.php?lang=pt&menuId=2&subject=healthPolicies&search=(introduction/(channel))). Acesso em: 10 mar. 2011.

MENDES, Ana Maria C. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUSA-LIMA, Jose Edmilson de. (Org.). **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.3-34.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas públicas. São Paulo: **Publifolha**, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed rev. e amp. São Paulo: 1999. Editora Atlas SA.

SEPLAN. Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins. **Indicadores Sócioeconômicos**. Disponível em: <[http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/indicadores\\_socieconomico.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/indicadores_socieconomico.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

SEFAZ. Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Tocantins. Incentivos fiscais. Disponível em: <<http://dtri.sefaz.to.gov.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2011.

SIMAO, Angelo Guimarães et al. Índices para o desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUSA-LIMA, Jose Edmilson de. (Org.). **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.118-160.

SILVA, Christian Luiz da; WIENS, Simone. Indicadores: conceitos e aplicações. In: SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUSA-LIMA, Jose Edmilson de. (Org.). **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.56-68.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

TORQUATO, G. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.

TOCANTINS. Secretaria de Governo do Estado do Tocantins. **Incentivos Fiscais**. Disponível em:<<http://to.gov.br/empresario/incentivosfiscais/450>>. Acesso em: 09 mar. 2011.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social**. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (Org.). **Reforma do Estado e Administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998..

Recebido em: 12/04/2017

Aprovado em: 09/08/2017